



BANDEIRA DO SUL-MG

PREFEITURA MUNICIPAL DE BANDEIRA DO SUL- MINAS GERAIS

**Assistente de Desenvolvimento Infantil (ADI)-
Agente de Educação I**

EDITAL 001/2024

**CÓD: OP-147ST-24
7908403564101**

Português

1. Leitura e interpretação de textos: compreensão e interpretação de variados gêneros discursivos. Informações implícitas e explícitas; Significação contextual de palavras e expressões; Ponto de vista do autor	7
2. Linguagem verbal e não verbal	14
3. Semântica e estilística: polissemia, sinonímia, antonímia, paronímia, homonímia, hiperonímia, denotação e conotação, sentido e sentido figurado, figuras de linguagem	16
4. Funções da linguagem	18
5. Texto e discurso: intertextualidade, paródia.....	20
6. Tipologia textual e gêneros discursivo de circulação social: estrutura composicional; objetivos discursivos do texto; contexto de circulação; aspectos linguísticos	21
7. Texto e textualidade: coesão, coerência, argumentação.....	25
8. Linguagem e adequação social: Variedades linguísticas e seus determinantes culturais, sociais, regionais, históricos e individuais.....	26
9. Registros formal e informal da escrita padrão.....	28
10. Fonética e fonologia: tonicidade, ortografia e acentuação gráfica.....	29
11. Crase	31
12. Morfologia: classificação e flexão das palavras, emprego de nomes, pronomes, conjunções, advérbios, preposições, modos e tempos verbais.....	32
13. Análise morfológica	38
14. Sintaxe: frase, oração, período; Termos da oração; Coordenação e subordinação; Análise sintática.....	39
15. Concordâncias verbal e nominal; regências verbal e nominal; colocação pronominal aplicada ao texto	44
16. Sinais de pontuação como fatores de coesão	48
17. Conhecimento gramatical de acordo com o padrão culto da língua	50
18. Ortografia oficial– Novo Acordo Ortográfico	51

Teoria da Educação

1. A Nova Base Nacional Comum Curricular – BNCC: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.....	61
2. A Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional - Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 (atualizada)	100
3. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica	119
4. Currículo Referência de Minas Gerais.....	128
5. Fundamentação das matrizes de avaliação da Educação Básica: estudos e propostas – DAEB/INEP/2014	129
6. Projeto Político pedagógico: conceitos e metodologia de elaboração segundo Celso Vasconcelos.....	129
7. SAEB – Sistema de avaliação da Educação básica: documento de referência/ 2018 - PDE/ SAEB	131
8. Plano de desenvolvimento da Educação/ 2011	131
9. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências.....	132
10. O Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024)	133
11. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146/15	149
12. Resolução nº. 5, de 22 de junho de 2012, que define diretrizes nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica	167

13. Lei nº 14.113, 25 de dezembro de 2020, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos profissionais da Educação (Fundeb)	174
14. Decreto nº 9.432, 9.432, de 29 de junho de 2018, regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica	189
15. Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja)	190

Conhecimentos Específicos

Assistente de Desenvolvimento Infantil (ADI) - Agente de Educação I

1. Conhecimento e incentivo ao Desenvolvimento Infantil	197
2. Orientação a Higiene e cuidados com a criança	203
3. Conhecimento da organização de creches de escolas de Educação Infantil	204
4. Organização e conservação dos maternais	209
5. Recreação com as crianças	214
6. Noções básicas de: Assepsia, desinfecção e esterilização do ambiente	215
7. Conhecimento dos procedimentos para atendimento aos pais	222
8. Fiscalização de entrada e saída de crianças	227
9. Atendimento às ordens de serviços	233
10. Atitudes visando à disciplina de alunos	241
11. Fiscalização da manutenção dos aspectos físicos do prédio	242
12. Iniciativa para os problemas dentro da Unidade	251
13. Controle da frequência dos alunos	260
14. Auxílio e orientação quanto à alimentação	268
15. Proporcionar brincadeiras e atividades esportivas	274
16. Executar as atividades previstas no planejamento escolar	280
17. Desenvolver programas cívicos e festivos especiais para a creche	286
18. Lei Complementar nº 063/2009, Lei Complementar 117/2022 e a Lei Complementar nº 045/2004 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais)	291

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS: COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE VARIADOS GÊNEROS DISCURSIVOS. INFORMAÇÕES IMPLÍCITAS E EXPLÍCITAS; SIGNIFICAÇÃO CONTEXTUAL DE PALAVRAS E EXPRESSÕES; PONTO DE VISTA DO AUTOR

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

1. Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os

elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral

deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

2. Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia

das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negreiro”, de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

1. Título e Introdução: Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

2. Linguagem e Tom: A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

3. Seleção de Argumentos: Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.

4. Conectivos e Estrutura Argumentativa: Conectivos como “portanto”, “por isso”, “assim”, “logo” e “no entanto” são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos, ajudando a deixar claro o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.

5. Conclusão: Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida, ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** No conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode adotar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por exemplo, dois textos podem defender a preservação do meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

3. Argumentação

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve suas ideias com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso que sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis contra-argumentos. Ao analisar a argumentação de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

1. Tese: A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.

2. Argumentos: São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.

3. Contra-argumentos e Refutação: Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.

4. Conclusão: Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforçando seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:

1. Argumento de autoridade: Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese. Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

Exemplo: “Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão.”

2. Argumento de exemplificação: Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

Exemplo: “Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global.”

3. Argumento lógico (ou dedutivo): É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, levando o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).

Exemplo dedutivo: “Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal.”

Exemplo indutivo: “Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de telas prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular.”

4. Argumento emocional (ou patético): Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

Exemplo: “Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade.”

5. Argumento de comparação ou analogia: Compara situações semelhantes para fortalecer o ponto de vista do autor. A comparação pode ser entre eventos, fenômenos ou comportamentos para mostrar que a lógica aplicada a uma situação também se aplica à outra.

Exemplo: “Assim como o cigarro foi amplamente aceito durante décadas, até que seus malefícios para a saúde fossem comprovados, o consumo excessivo de açúcar hoje deve ser visto com mais cautela, já que estudos indicam seus efeitos nocivos a longo prazo.”

Coesão e Coerência na Argumentação

A eficácia da argumentação depende também da coesão e coerência no desenvolvimento das ideias. Coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que conectam as diferentes partes do texto, como pronomes, conjunções e advérbios. Estes elementos garantem que o texto flua de maneira lógica e fácil de ser seguido.

Exemplo de conectivos importantes:

- Para adicionar informações: “além disso”, “também”, “ademais”.

- Para contrastar ideias: “no entanto”, “por outro lado”, “todavia”.

- Para concluir: “portanto”, “assim”, “logo”.

Já a coerência diz respeito à harmonia entre as ideias, ou seja, à lógica interna do texto. Um texto coerente apresenta uma relação clara entre a tese, os argumentos e a conclusão. A falta de coerência pode fazer com que o leitor perca o fio do raciocínio ou não aceite a argumentação como válida.

Exemplos Práticos de Argumentação

- **Texto Argumentativo (Artigo de Opinião):** Em um artigo que defenda a legalização da educação domiciliar no Brasil, a tese pode ser que essa prática oferece mais liberdade educacional para os pais e permite uma personalização do ensino. Os argumentos poderiam incluir exemplos de países onde a educação domiciliar é bem-sucedida, dados sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa e opiniões de especialistas. O autor também pode refutar os argumentos de que essa modalidade de ensino prejudica a socialização das crianças, citando estudos que mostram o contrário.

- **Texto Literário:** Em obras literárias, a argumentação pode ser mais sutil, mas ainda está presente. No romance “Capitães da Areia”, de Jorge Amado, embora a narrativa siga a vida de crianças abandonadas nas ruas de Salvador, a estrutura do texto e a escolha dos eventos apresentados constroem uma crítica implícita à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes. A argumentação é feita de maneira indireta, por meio das experiências dos personagens e do ambiente descrito.

Análise Crítica da Argumentação

Para analisar criticamente a argumentação de um texto, é importante que o leitor:

1. Avalie a pertinência dos argumentos: Os argumentos são válidos e relevantes para sustentar a tese? Estão bem fundamentados?

2. Verifique a solidez da lógica: O raciocínio seguido pelo autor é coerente? Há falácias argumentativas que enfraquecem a posição defendida?

3. Observe a diversidade de fontes: O autor utiliza diferentes tipos de argumentos (fatos, opiniões, dados) para fortalecer sua tese, ou a argumentação é unilateral e pouco fundamentada?

4. Considere os contra-argumentos: O autor reconhece e refuta pontos de vista contrários? Isso fortalece ou enfraquece a defesa da tese?

4. Elementos de Coesão

Os elementos de coesão são os recursos linguísticos que garantem a conexão e a fluidez entre as diferentes partes de um texto. Eles são essenciais para que o leitor compreenda como as ideias estão relacionadas e para que o discurso seja entendido de forma clara e lógica. Em termos práticos, a coesão se refere à capacidade de manter as frases e parágrafos interligados, criando uma progressão lógica que permite ao leitor seguir o raciocínio do autor sem perder o fio condutor.

A coesão textual pode ser alcançada por meio de diversos mecanismos, como o uso de conectivos, pronomes, elipses e sinônimos, que evitam repetições desnecessárias e facilitam a transição entre as ideias. Em textos argumentativos e dissertativos, esses elementos desempenham um papel fundamental na organização e no desenvolvimento da argumentação.

Tipos de Coesão

Os principais tipos de coesão podem ser divididos em coesão referencial, coesão sequencial e coesão lexical. Cada um deles envolve diferentes estratégias que contribuem para a unidade e a clareza do texto.

1. Coesão Referencial

A coesão referencial ocorre quando um elemento do texto remete a outro já mencionado, garantindo que as ideias sejam retomadas ou antecipadas sem a necessidade de repetição direta. Isso pode ser feito por meio de pronomes, advérbios ou outras expressões que retomam conceitos, pessoas ou objetos mencionados anteriormente.

TEORIA DA EDUCAÇÃO

A NOVA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR – BNCC: EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO

A Base Nacional Comum Curricular é um documento que determina o conjunto de competências gerais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica — que inclui a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Esse conhecimento pretende assegurar uma formação humana integral com foco na construção de uma sociedade inclusiva, justa e democrática. Para a primeira etapa da Educação Básica, a escola deve garantir seis direitos de desenvolvimento e aprendizagem, de forma que todas as crianças tenham oportunidades de aprender e se desenvolver.

Após a aprovação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em dezembro de 2017, começaram as discussões visando a melhor forma de implementar as novas diretrizes da BNCC na Educação Infantil de todo o país.

Nessa etapa da Educação Básica, a BNCC define direitos de aprendizagem e os campos de experiências substituem as áreas do conhecimento do Ensino Fundamental. Em cada campo existem objetivos de aprendizado e desenvolvimento do aluno, em vez de unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.

É responsabilidade das escolas garantir que seus alunos receberão, em sala de aula, as competências gerais estabelecidas pelo documento. Dessa forma, o cenário educacional nacional se torna mais justo e igualitário para todas as crianças.

O primeiro texto sugerido no projeto foi discutido e elaborado em conjunto com 116 especialistas em educação. A proposta foi aberta à consulta pública até março de 2016, quando foi revisada.

Em maio do mesmo ano, a segunda versão do documento foi divulgada. Quase um ano depois, em abril de 2017, a terceira e última versão foi revelada e apresentada ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

No mesmo ano, o CNE preparou audiências públicas em cinco regionais. O objetivo era alcançar colaborações para a elaboração da norma instituidora da BNCC. No dia 15 de dezembro, o projeto foi homologado e seguiu para a aprovação do Ministério da Educação (MEC).

A resolução que orienta e institui a implementação da BNCC na Educação Infantil e no Ensino Médio foi publicada no dia 22 de dezembro de 2017.

Qual é o prazo para implementação nas escolas?

Existe um comitê especial responsável por acompanhar a implantação da nova base nas escolas públicas e privadas, que deverá ocorrer até o dia 31 de dezembro de 2020.

Até lá, o grupo de especialistas deve propor debates, discussões acerca dos temas referentes aos desafios da implementação e nortear ações a serem tomadas pelo governo para a concretização do novo currículo.¹

A base curricular do ensino brasileiro tem passado por diversas mudanças, dentre elas, temos a lei a seguir.

Lei nº 13.415/2017

- Altera a LDB
- Altera o Fundeb
- Altera a CLT
- Revoga a Lei 11.161/2005
- Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Quais as implicações?

Implicações curriculares, com flexibilização e aligeiramento da formação

- Altera o formato de financiamento público com privatização
- Atinge a formação docente
- Impacta a docência da rede particular de ensino
- Não assegura novos recursos

Implicações Curriculares

Carga horária do ensino médio será ampliada de forma progressiva (§ 1º, Art. 24 LDB – nova redação) para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir de 2 de março de 2017.

Ou seja, só existe prazo para se chegar às mil horas, ou seja, uma hora em relação a carga horária atual.

A Lei não faz referência clara como essa expansão irá acontecer no ensino médio noturno. Apenas determina que os sistemas de ensino disporão sobre a oferta de educação de jovens e adultos e de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, conforme o inciso VI do art. 4º.”

O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório da educação básica, mas não especifica se atingirá os itinerários formativos do ensino médio. É provável que não.

Obriga a oferta de língua inglesa a partir do sexto ano do ensino fundamental.

A Lei dispõe que a integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais. Portanto, não necessitará de ser tratado para o conjunto dos estudantes.

A inclusão de novos componentes curriculares de caráter obrigatório na Base Nacional Comum Curricular dependerá de aprovação do CNE e de homologação pelo Ministro de Estado da Educação.

¹ Fonte: www.educacaoinfantil.aix.com.br

A BNCC definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas.

A parte diversificada dos currículos, definida em cada sistema de ensino, deverá estar harmonizada à BNCC e ser articulada a partir do contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural.

A BNCC referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia. Portanto, não haverá a obrigatoriedade de disciplinas.

Obrigatoriedade apenas para o ensino da língua portuguesa e da matemática nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas, e de língua inglesa.

Outras línguas estrangeiras, em caráter optativo, preferencialmente o espanhol, poderão ser ofertadas de acordo com a disponibilidade de oferta, locais e horários definidos pelos sistemas de ensino.

A carga horária destinada ao cumprimento da BNCC não poderá ser superior a mil e oitocentas horas do total da carga horária do ensino médio. Ou seja, próximo a 69% do total da carga horária.

Itinerários Formativos

O currículo do ensino médio será composto pela BNCC e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de **diferentes arranjos curriculares**, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber:

- I - linguagens e suas tecnologias;
- II - matemática e suas tecnologias;
- III - ciências da natureza e suas tecnologias;
- IV - ciências humanas e sociais aplicadas;
- V - formação técnica e profissional.

Poderá ser composto **itinerário formativo integrado**, que se traduz na composição de componentes curriculares da BNCC e dos itinerários formativos.

Os sistemas de ensino, mediante disponibilidade de vagas na rede, possibilitarão ao aluno concluinte do ensino médio cursar mais um itinerário formativo de que trata o caput.

INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), e está

orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)

Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação.

Nesse sentido, espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. Assim, para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental.

Ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais definidas na BNCC devem concorrer para assegurar aos estudantes o desenvolvimento de dez competências gerais, que consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a “educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza” (BRASIL, 2013)³, mostrando-se também alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU).

É imprescindível destacar que as competências gerais da Educação Básica, apresentadas a seguir, inter-relacionam-se e desdobram-se no tratamento didático proposto para as três etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), articulando-se na construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de atitudes e valores, nos termos da LDB.

Competências gerais da educação básica

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários

Os marcos legais que embasam a BNCC

A Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 205, reconhece a educação como direito fundamental compartilhado entre Estado, família e sociedade ao determinar que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Para atender a tais finalidades no âmbito da educação escolar, a Carta Constitucional, no Artigo 210, já reconhece a necessidade de que sejam “fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988).

Com base nesses marcos constitucionais, a LDB, no Inciso IV de seu Artigo 9º, afirma que cabe à União estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, o Ensino

Fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum (BRASIL, 1996; ênfase adicionada).

Nesse artigo, a LDB deixa claros dois conceitos decisivos para todo o desenvolvimento da questão curricular no Brasil. O primeiro, já antecipado pela Constituição, estabelece a relação entre o que é básico-comum e o que é diverso em matéria curricular: as competências e diretrizes são comuns, os currículos são diversos. O segundo se refere ao foco do currículo. Ao dizer que os conteúdos curriculares estão a serviço do desenvolvimento de competências, a LDB orienta a definição das aprendizagens essenciais, e não apenas dos conteúdos mínimos a ser ensinados. Essas são duas noções fundantes da BNCC.

A relação entre o que é básico-comum e o que é diverso é retomada no Artigo 26 da LDB, que determina que os currículos da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino Médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996; ênfase adicionada).

Essa orientação induziu à concepção do conhecimento curricular contextualizado pela realidade local, social e individual da escola e do seu alunado, que foi o norte das diretrizes curriculares traçadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) ao longo da década de 1990, bem como de sua revisão nos anos 2000.

Em 2010, o CNE promulgou novas DCN, ampliando e organizando o conceito de contextualização como “a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural resgatando e respeitando as várias manifestações de cada comunidade”, conforme destaca o Parecer CNE/CEB nº 7/20106.

Em 2014, a Lei nº 13.005/20147 promulgou o Plano Nacional de Educação (PNE), que reitera a necessidade de estabelecer e implantar, mediante pactuação interfederativa [União, Estados, Distrito Federal e Municípios], diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do Ensino Fundamental e Médio, respeitadas as diversidades regional, estadual e local (BRASIL, 2014).

Nesse sentido, consoante aos marcos legais anteriores, o PNE afirma a importância de uma base nacional comum curricular para o Brasil, com o foco na aprendizagem como estratégia para fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades (meta 7), referindo-se a direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

Em 2017, com a alteração da LDB por força da Lei nº 13.415/2017, a legislação brasileira passa a utilizar, concomitantemente, duas nomenclaturas para se referir às finalidades da educação:

Art. 35-A. A Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do ensino médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação, nas seguintes áreas do conhecimento [...]

Art. 36. § 1º A organização das áreas de que trata o caput e das respectivas competências e habilidades será feita de acordo com critérios estabelecidos em cada sistema de ensino (BRASIL, 20178; ênfases adicionadas).

Trata-se, portanto, de maneiras diferentes e intercambiáveis para designar algo comum, ou seja, aquilo que os estudantes devem aprender na Educação Básica, o que inclui tanto os saberes quanto a capacidade de mobilizá-los e aplicá-los.

OS FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS DA BNCC

Foco no desenvolvimento de competências

O conceito de competência, adotado pela BNCC, marca a discussão pedagógica e social das últimas décadas e pode ser inferido no texto da LDB, especialmente quando se estabelecem as finalidades gerais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (Artigos 32 e 35).

Além disso, desde as décadas finais do século XX e ao longo deste início do século XXI, o foco no desenvolvimento de competências tem orientado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros e diferentes países na construção de seus currículos¹⁰. É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês)¹¹, e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, na sigla em inglês), que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE, na sigla em espanhol)¹².

Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências.

Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC.

O compromisso com a educação integral

A sociedade contemporânea impõe um olhar inovador e inclusivo a questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado.

No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações. Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades.

Nesse contexto, a BNCC afirma, de maneira explícita, o seu compromisso com a educação integral¹³. Reconhece, assim, que a Educação Básica deve visar à formação e ao desenvolvimento humano global, o que implica compreender a complexidade

e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiam ou a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva.

Significa, ainda, assumir uma visão plural, singular e integral da criança, do adolescente, do jovem e do adulto – considerando-os como sujeitos de aprendizagem – e promover uma educação voltada ao seu acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno, nas suas singularidades e diversidades. Além disso, a escola, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades.

Independentemente da duração da jornada escolar, o conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir.

Assim, a BNCC propõe a superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real, a importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida.

O pacto interfederativo e a implementação da BNCC Base Nacional Comum Curricular: igualdade, diversidade e equidade

No Brasil, um país caracterizado pela autonomia dos entes federados, acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais, os sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais.

Nesse processo, a BNCC desempenha papel fundamental, pois explicita as aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver e expressa, portanto, a igualdade educacional sobre a qual as singularidades devem ser consideradas e atendidas. Essa igualdade deve valer também para as oportunidades de ingresso e permanência em uma escola de Educação Básica, sem o que o direito de aprender não se concretiza.

O Brasil, ao longo de sua história, naturalizou desigualdades educacionais em relação ao acesso à escola, à permanência dos estudantes e ao seu aprendizado. São amplamente conhecidas as enormes desigualdades entre os grupos de estudantes definidos por raça, sexo e condição socioeconômica de suas famílias.

Diante desse quadro, as decisões curriculares e didático-pedagógicas das Secretarias de Educação, o planejamento do trabalho anual das instituições escolares e as rotinas e os eventos do cotidiano escolar devem levar em consideração a necessidade de superação dessas desigualdades. Para isso, os sistemas e redes de ensino e as instituições escolares devem se planejar com um claro foco na equidade, que pressupõe reconhecer que as necessidades dos estudantes são diferentes.

De forma particular, um planejamento com foco na equidade também exige um claro compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos – como os povos indígenas originários e as populações das comunidades remanescentes de quilombos e demais afrodescendentes – e as

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Assistente de Desenvolvimento Infantil (ADI)

Agente de Educação I

CONHECIMENTO E INCENTIVO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

O desenvolvimento infantil refere-se ao conjunto de transformações físicas, cognitivas, emocionais e sociais que ocorrem desde o nascimento até o início da adolescência. Esse processo é contínuo e dinâmico, marcado por interações complexas entre fatores biológicos e ambientais. O desenvolvimento infantil engloba o crescimento físico, o aprimoramento das habilidades motoras, a aquisição da linguagem, o desenvolvimento cognitivo e a formação das bases socioemocionais.

Cada criança se desenvolve em seu ritmo, mas existem padrões gerais que descrevem as etapas pelas quais a maioria das crianças passa, como aprender a andar, falar, socializar e resolver problemas. A atenção a essas etapas é fundamental, pois o desenvolvimento nos primeiros anos de vida é crucial para a construção das capacidades futuras. O cérebro da criança se desenvolve rapidamente durante essa fase, sendo moldado pelas experiências, relações sociais e estímulos oferecidos.

— Importância do Conhecimento sobre o Desenvolvimento Infantil

Compreender o desenvolvimento infantil é essencial para pais, educadores, profissionais de saúde e formuladores de políticas públicas. Esse conhecimento permite identificar as necessidades e peculiaridades de cada fase, facilitando o oferecimento de estímulos adequados que apoiem o crescimento integral da criança. Além disso, o acompanhamento cuidadoso das etapas de desenvolvimento possibilita a detecção precoce de eventuais atrasos ou dificuldades, o que é crucial para intervenções eficazes.

Na educação, por exemplo, o conhecimento sobre o desenvolvimento cognitivo e socioemocional da criança ajuda a planejar atividades pedagógicas que sejam adequadas ao seu nível de maturidade. Isso evita frustrações e maximiza o aprendizado, já que o conteúdo é adaptado à capacidade de absorção da criança naquele momento. Também é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à infância, como as que garantem o acesso a creches, educação de qualidade e serviços de saúde.

Princípios Fundamentais do Desenvolvimento Infantil

O desenvolvimento infantil segue alguns princípios fundamentais:

– **Multidimensionalidade:** O desenvolvimento da criança ocorre em diferentes dimensões — física, cognitiva, emocional e social. Esses aspectos são interdependentes e influenciam uns aos outros.

– **Sequencialidade:** O desenvolvimento acontece em uma sequência ordenada e previsível, com marcos importantes, como o início da fala, a marcha ou o controle das emoções, que tendem a ocorrer em uma ordem específica.

– **Plasticidade:** O cérebro infantil é altamente plástico, ou seja, tem grande capacidade de adaptação às experiências e ao ambiente. Quanto mais estímulos adequados a criança recebe, maiores são as oportunidades de desenvolver suas potencialidades.

– **Diferenças Individuais:** Cada criança tem seu ritmo e estilo de desenvolvimento, influenciado por fatores genéticos, ambientais e sociais. Por isso, é importante respeitar a individualidade, evitando comparações rígidas entre crianças.

O entendimento desses princípios orienta práticas mais eficazes para promover o desenvolvimento infantil saudável. Cuidadores e profissionais que trabalham com crianças devem criar ambientes seguros e estimulantes, capazes de proporcionar desafios adequados às capacidades da criança, respeitando seu tempo e suas necessidades.

Etapas do Desenvolvimento Infantil

O desenvolvimento infantil é um processo complexo e dinâmico, no qual a criança passa por mudanças significativas em diversas áreas, como física, cognitiva, emocional e social. Essas etapas não são estanques, mas se inter-relacionam, sendo cada uma delas crucial para o desenvolvimento integral da criança. Abaixo, vamos explorar as principais áreas do desenvolvimento infantil, destacando suas características fundamentais.

Desenvolvimento Físico

O desenvolvimento físico envolve o crescimento corporal e o aprimoramento das habilidades motoras. Ele é visível desde os primeiros meses de vida, quando os bebês começam a controlar os movimentos da cabeça, rolar, sentar, engatinhar e, finalmente, andar.

– **Desenvolvimento motor grosso:** Refere-se ao controle dos grandes músculos do corpo, como os das pernas, braços e tronco. Atividades como correr, pular e subir escadas fazem parte desse desenvolvimento e são observadas principalmente na primeira infância (até os 6 anos).

– **Desenvolvimento motor fino:** Diz respeito ao controle dos pequenos músculos, especialmente das mãos e dedos. Essa habilidade é essencial para tarefas como desenhar, escrever, pegar objetos pequenos e manipular brinquedos. Crianças começam a mostrar progressos significativos no desenvolvimento motor fino entre 3 e 5 anos de idade.

Além disso, o desenvolvimento físico é influenciado por fatores genéticos, nutrição e condições de saúde. Crianças bem nutridas e com acesso a cuidados médicos adequados tendem a se desenvolver dentro dos parâmetros esperados.

Desenvolvimento Cognitivo

O desenvolvimento cognitivo refere-se à capacidade da criança de pensar, raciocinar, resolver problemas e compreender o mundo ao seu redor. Jean Piaget, um dos teóricos mais influentes nessa área, descreveu quatro estágios de desenvolvimento cognitivo que se aplicam à infância:

– **Estágio sensório-motor (0-2 anos):** Durante essa fase, os bebês aprendem sobre o mundo por meio dos sentidos e da manipulação física. Eles começam a desenvolver a permanência do objeto, que é a compreensão de que os objetos continuam a existir mesmo quando não estão visíveis.

– **Estágio pré-operacional (2-7 anos):** Aqui, a criança começa a desenvolver o pensamento simbólico, usando palavras e imagens para representar objetos. No entanto, seu raciocínio ainda é egocêntrico, ou seja, ela tem dificuldade de ver o mundo da perspectiva de outra pessoa.

– **Estágio das operações concretas (7-11 anos):** Nessa fase, as crianças começam a usar o pensamento lógico em relação a objetos e situações concretas. Elas compreendem conceitos como conservação (a quantidade de uma substância não muda se sua forma física for alterada) e classificação de objetos.

– **Estágio das operações formais (a partir de 11 anos):** Nessa etapa, as crianças começam a pensar de forma abstrata e hipotética, sendo capazes de resolver problemas complexos sem precisar de objetos concretos para raciocinar.

Esses estágios são guias gerais, mas o ritmo de desenvolvimento pode variar entre as crianças.

Desenvolvimento Socioemocional

O desenvolvimento socioemocional é a capacidade da criança de entender suas emoções, se relacionar com os outros e desenvolver uma identidade própria. Esse aspecto é fundamental para o bem-estar psicológico e para a construção de relacionamentos saudáveis ao longo da vida.

– **Apego:** Desde o nascimento, o vínculo que a criança forma com seus cuidadores principais, geralmente os pais, é essencial para seu desenvolvimento emocional. Um apego seguro ajuda a criança a explorar o ambiente com confiança e a desenvolver relações saudáveis no futuro.

– **Autocontrole e regulação emocional:** A capacidade de controlar impulsos e lidar com frustrações é uma habilidade que se desenvolve gradualmente. Crianças pequenas costumam ter explosões emocionais frequentes, mas, à medida que crescem, aprendem a regular suas emoções.

– **Socialização:** Desde cedo, as crianças começam a interagir com seus pares e a desenvolver habilidades sociais como cooperação, empatia e respeito às regras sociais. O brincar coletivo, que se intensifica a partir dos 3 anos, é um contexto importante para o desenvolvimento dessas habilidades.

Desenvolvimento da Linguagem

A linguagem é uma das aquisições mais importantes da infância, pois serve como base para a comunicação e o aprendizado. O desenvolvimento da linguagem envolve tanto a fala quanto a compreensão, e suas etapas podem ser observadas desde os primeiros meses de vida:

– **Pré-linguístico (0-12 meses):** Durante o primeiro ano, os bebês se comunicam por meio de sons, gestos e expressões faciais. O balbúcio começa por volta dos 4 a 6 meses, sendo uma forma inicial de praticar os sons da língua.

– **Fase de uma palavra (12-18 meses):** Entre 12 e 18 meses, as crianças começam a dizer suas primeiras palavras. Elas podem usar uma palavra para expressar uma frase inteira. Por exemplo, “água” pode significar “quero água”.

– **Fase telegráfica (18-24 meses):** Nesse estágio, a criança começa a combinar duas ou três palavras para formar frases simples, como “quer bola” ou “papai aqui”.

– **Explosão vocabular (2-3 anos):** Por volta dos 2 anos, o vocabulário das crianças aumenta rapidamente, e elas começam a formar frases mais complexas. Também começam a entender regras gramaticais básicas.

O desenvolvimento da linguagem está fortemente ligado ao ambiente em que a criança vive. A interação com adultos e outras crianças, assim como o estímulo à leitura e à conversação, são fatores determinantes para o avanço dessa habilidade.

Essas etapas do desenvolvimento infantil são interdependentes e ocorrem simultaneamente. Crianças que recebem apoio adequado em todas essas áreas tendem a apresentar um crescimento mais equilibrado e saudável. O conhecimento sobre essas fases é essencial para que educadores, pais e cuidadores possam oferecer o suporte necessário em cada momento da vida da criança.

— Teorias e Abordagens do Desenvolvimento Infantil

O estudo do desenvolvimento infantil é baseado em diversas teorias que procuram explicar como as crianças se desenvolvem em diferentes áreas, como a cognitiva, social, emocional e física. Essas teorias oferecem modelos que ajudam educadores, pais e profissionais da saúde a compreenderem os processos envolvidos no crescimento infantil e a orientarem práticas adequadas para cada fase de desenvolvimento.

Teoria de Jean Piaget (Desenvolvimento Cognitivo)

Jean Piaget foi um dos teóricos mais influentes no campo do desenvolvimento infantil. Sua teoria sobre o desenvolvimento cognitivo sugere que as crianças passam por quatro estágios de desenvolvimento mental, cada um caracterizado por formas distintas de pensar e compreender o mundo.

– **Estágio Sensório-Motor (0-2 anos):** Durante essa fase, os bebês exploram o mundo principalmente por meio dos sentidos e da ação física. O marco mais importante desse estágio é o desenvolvimento da permanência do objeto, ou seja, a compreensão de que os objetos continuam a existir mesmo quando não estão visíveis.

– **Estágio Pré-Operacional (2-7 anos):** Nesse estágio, as crianças começam a usar a linguagem e o pensamento simbólico, mas ainda são egocêntricas, ou seja, têm dificuldade de ver o mundo do ponto de vista dos outros. Elas também apresentam pensamento animista, atribuindo vida e intenções a objetos inanimados.

– **Estágio das Operações Concretas (7-11 anos):** A partir dos 7 anos, as crianças começam a desenvolver a capacidade de realizar operações lógicas, mas ainda precisam de situações concretas para pensar logicamente. Elas entendem conceitos como conservação (a ideia de que a quantidade de uma substância permanece a mesma, independentemente de sua forma) e são capazes de classificar objetos.

– **Estágio das Operações Formais (a partir de 11 anos):** Nesse último estágio, as crianças e adolescentes desenvolvem o pensamento abstrato e hipotético, sendo capazes de raciocinar sobre problemas complexos e situações imaginárias.

A teoria de Piaget destaca que o desenvolvimento cognitivo é um processo de construção ativa, em que as crianças aprendem por meio da interação com o ambiente. Seu trabalho influenciou profundamente a educação infantil, promovendo a ideia de que o ensino deve ser adaptado ao nível de desenvolvimento da criança.

Teoria de Lev Vygotsky (Desenvolvimento Sociocultural)

Lev Vygotsky apresentou uma abordagem diferente do desenvolvimento cognitivo, enfatizando o papel da cultura e da interação social no desenvolvimento infantil. Para Vygotsky, o aprendizado ocorre inicialmente em um nível social (interpsicológico) e depois é internalizado pela criança (intrapsicológico).

– **Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP):** Um dos conceitos-chave da teoria de Vygotsky é a zona de desenvolvimento proximal, que se refere à distância entre o que a criança pode fazer sozinha e o que pode fazer com a ajuda de um adulto ou de uma criança mais experiente. A interação com outros, especialmente no contexto de atividades guiadas, é crucial para levar a criança a novos níveis de entendimento.

– **Mediação e Ferramentas Culturais:** Vygotsky destacou que o desenvolvimento da criança é mediado por ferramentas culturais, como a linguagem, os símbolos e os sistemas de números. A linguagem, em particular, tem um papel central no desenvolvimento cognitivo, pois permite à criança planejar, pensar e resolver problemas.

A abordagem de Vygotsky reforça a importância de um ambiente rico em interações sociais e culturais, ressaltando que o desenvolvimento é impulsionado pela colaboração e pela mediação de adultos e pares. Esse conceito tem grande impacto nas práticas educacionais, sugerindo que o aprendizado colaborativo e o apoio individualizado são estratégias essenciais para promover o desenvolvimento.

Teoria Psicossocial de Erik Erikson

Erik Erikson desenvolveu a teoria do desenvolvimento psicossocial, que foca nas interações entre a criança e o ambiente social ao longo da vida. Ele propôs oito estágios de desenvolvimento, sendo que os primeiros cinco se referem à infância e adolescência, cada um associado a um conflito específico que precisa ser resolvido para o desenvolvimento saudável.

– **Confiança vs. Desconfiança (0-1 ano):** Nessa fase, o bebê desenvolve um senso de confiança quando suas necessidades básicas (alimentação, segurança, afeto) são atendidas de maneira consistente. Caso contrário, pode desenvolver desconfiança em relação ao mundo e às pessoas.

– **Autonomia vs. Vergonha e Dúvida (1-3 anos):** À medida que a criança começa a explorar o ambiente e desenvolver habilidades físicas, ela busca maior autonomia. Se for encorajada e apoiada, desenvolverá autoconfiança; caso contrário, pode sentir vergonha e duvidar de suas capacidades.

– **Iniciativa vs. Culpa (3-6 anos):** Nesta fase, as crianças começam a tomar a iniciativa em suas atividades e brincadeiras. Se forem bem-sucedidas em suas explorações, sentem-se capazes; se enfrentarem críticas severas ou desaprovação, podem desenvolver um sentimento de culpa.

– **Indústria vs. Inferioridade (6-12 anos):** Quando entram na escola e passam a realizar tarefas mais complexas, as crianças buscam ser competentes e produtivas. O sucesso leva ao sentimento de realização (indústria), enquanto o fracasso constante pode gerar sentimentos de inferioridade.

– **Identidade vs. Confusão de Identidade (adolescência):** A busca por uma identidade própria marca esse período. Os adolescentes exploram diferentes papéis e ideias, formando uma identidade coerente. Caso contrário, podem experimentar confusão sobre quem são.

A teoria de Erikson é importante por sublinhar que o desenvolvimento emocional e social é contínuo e que as interações sociais e a resolução de conflitos psicossociais são fundamentais para a saúde emocional da criança.

Outras Abordagens Contemporâneas

Além das teorias clássicas, várias abordagens contemporâneas enriqueceram o estudo do desenvolvimento infantil:

– **Teoria do Apego (John Bowlby):** Bowlby argumenta que a ligação emocional que o bebê forma com seus cuidadores tem um impacto profundo no desenvolvimento emocional e social. Um apego seguro facilita o desenvolvimento de relações saudáveis e proporciona à criança a confiança necessária para explorar o mundo.

– **Teoria Ecológica (Urie Bronfenbrenner):** A teoria ecológica sugere que o desenvolvimento infantil é influenciado por diferentes sistemas ambientais que se interconectam, como a família, a escola, a comunidade e a cultura. O modelo de Bronfenbrenner é representado por um conjunto de sistemas em camadas, desde o microsistema (interações diretas, como entre a criança e os pais) até o macrosistema (influências culturais e políticas).

Essas teorias fornecem uma base essencial para entender o desenvolvimento infantil de forma integrada e abrangente. Elas ressaltam a importância das interações sociais, do ambiente cultural e da dinâmica entre a criança e o meio para promover o crescimento saudável em diferentes dimensões. Cada abordagem oferece uma perspectiva única, ajudando a enriquecer as práticas educativas e de cuidado infantil.

— Incentivo ao Desenvolvimento Infantil

O incentivo ao desenvolvimento infantil é um processo intencional que visa proporcionar às crianças estímulos adequados para promover seu crescimento saudável em todas as áreas — física, cognitiva, emocional e social. Pais, professores, cuidadores e o ambiente em que a criança vive desempenham um papel crucial nesse processo.

A seguir, vamos explorar as formas de incentivo ao desenvolvimento infantil, destacando o papel da educação, da brincadeira, dos estímulos cognitivos, da participação da família e do trabalho dos professores e cuidadores.

O Papel da Educação na Primeira Infância

A educação na primeira infância (0-6 anos) é uma das formas mais importantes de incentivar o desenvolvimento infantil. É nessa fase que as crianças estão mais receptivas a novos aprendizados e experiências, com o cérebro apresentando uma plasticidade elevada. A oferta de uma educação de qualidade desde cedo proporciona estímulos fundamentais para o desenvolvimento cognitivo, motor, social e emocional.

No Brasil, a educação infantil está regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que garante o direito de crianças de até 5 anos a frequentar creches e pré-escolas. Esse período de escolarização não tem como objetivo a alfabetização precoce, mas o desenvolvimento integral da criança por meio de experiências educativas e sociais que a ajudem a se desenvolver de forma plena.

Exemplos de incentivos educacionais incluem:

- Atividades lúdicas que incentivam a curiosidade e o pensamento crítico.
- Dinâmicas em grupo para desenvolver habilidades sociais.
- Oportunidades de exploração do ambiente, favorecendo a aprendizagem ativa e autônoma.

A Importância do Brincar

O brincar é uma das atividades mais eficazes para incentivar o desenvolvimento infantil, sendo reconhecido como um direito pela Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU. Por meio das brincadeiras, as crianças desenvolvem não apenas habilidades motoras e cognitivas, mas também socioemocionais.

- Brincadeiras simbólicas (como fingir ser médico ou cozinheiro) ajudam a criança a explorar papéis sociais e a desenvolver empatia, além de promover a criatividade.
- Jogos de regras (como esconde-esconde ou pega-pega) estimulam o pensamento lógico, o autocontrole e a socialização, ensinando conceitos como cooperação e competição saudável.
- Brincadeiras ao ar livre favorecem o desenvolvimento motor grosso e proporcionam um ambiente onde a criança pode explorar a natureza e entender o mundo físico ao seu redor.

Brincar, portanto, é fundamental para que a criança desenvolva suas capacidades de forma espontânea e prazerosa, sempre de acordo com seu ritmo e interesses.

Estímulos Cognitivos e Ambientais

O ambiente no qual a criança cresce desempenha um papel crucial no seu desenvolvimento. Um ambiente rico em estímulos cognitivos favorece o desenvolvimento do pensamento crítico, da linguagem e da resolução de problemas. Os estímulos ambientais podem ser promovidos tanto pela interação direta com os cuidadores quanto pela exposição a materiais educativos, como livros, brinquedos e jogos.

Práticas que incentivam o desenvolvimento cognitivo incluem:

- **Leitura desde a primeira infância:** O contato com livros promove a aquisição da linguagem, amplia o vocabulário e desenvolve a imaginação. Ler em voz alta para as crianças desde cedo é um dos estímulos mais eficazes para o desenvolvimento cognitivo.
- **Exposição a diferentes experiências sensoriais:** Oportunidades de tocar, ouvir, ver e explorar diferentes objetos e ambientes ajudam a criança a construir uma compreensão mais ampla do mundo e a desenvolver conexões neurais importantes.
- **Resolução de problemas simples:** Jogos de quebra-cabeça, construção com blocos e outras atividades que envolvem a manipulação de objetos são essenciais para o desenvolvimento da capacidade de planejamento e resolução de problemas.

Um ambiente que ofereça segurança, liberdade de exploração e estímulos variados é fundamental para que a criança tenha oportunidades de aprender e crescer.

A Participação da Família no Desenvolvimento

A família tem um papel insubstituível no desenvolvimento infantil. A interação constante com os pais e responsáveis oferece à criança um ambiente emocionalmente seguro e cheio de estímulos. Desde o nascimento, a criança aprende observando e interagindo com seus cuidadores, o que influencia profundamente suas habilidades sociais, emocionais e cognitivas.

Alguns exemplos de como a família pode incentivar o desenvolvimento infantil incluem:

- **Presença afetiva e apoio emocional:** Crianças que se sentem seguras e apoiadas emocionalmente desenvolvem mais confiança para explorar o mundo e enfrentar desafios. A construção de um apego seguro é crucial para o desenvolvimento emocional saudável.
- **Participação nas atividades da criança:** Quando os pais se envolvem em brincadeiras, leituras e conversas, fortalecem o vínculo afetivo e proporcionam estímulos importantes para o desenvolvimento cognitivo e social.
- **Rotinas saudáveis:** A organização de rotinas, como horários regulares de sono e alimentação, cria uma sensação de previsibilidade e segurança que é benéfica para o desenvolvimento emocional e físico da criança.

A qualidade das interações familiares, mais do que a quantidade de tempo disponível, é o que realmente importa para promover o desenvolvimento saudável.

O Papel dos Professores e Cuidadores

Além da família, os professores e cuidadores são figuras centrais no incentivo ao desenvolvimento infantil. Eles são responsáveis por oferecer experiências de aprendizagem que estejam de acordo com o nível de desenvolvimento da criança, criando um ambiente acolhedor e estimulante.

Algumas formas de atuação dos professores e cuidadores incluem:

- **Planejamento de atividades educativas adequadas:** Profissionais da educação infantil devem planejar atividades que estejam alinhadas com as fases do desenvolvimento e que incentivem o aprendizado de forma lúdica e criativa.
- **Criação de um ambiente de aprendizado positivo:** As crianças devem se sentir seguras para expressar suas ideias e explorar suas curiosidades sem medo de julgamento ou punição. O incentivo ao diálogo e à escuta ativa é fundamental para a construção de uma autoestima saudável.
- **Observação e intervenção pedagógica:** Professores e cuidadores devem estar atentos ao desenvolvimento individual de cada criança, identificando suas necessidades específicas e intervindo quando necessário para apoiar seu progresso.

Esses profissionais têm um papel fundamental no desenvolvimento da autonomia, do senso de cooperação e da capacidade de resolver conflitos, especialmente por meio de atividades em grupo e interações sociais mediadas.

O incentivo ao desenvolvimento infantil é um processo que envolve múltiplos agentes e contextos, desde a família até a escola e o ambiente social mais amplo. Garantir que a criança tenha